

TESE DO GOSS: POR UM SINDICATO DE LUTA, INDEPENDENTE DE PARTIDOS, GOVERNOS E PATRÕES

CONJUNTURA NACIONAL: UMA CRISE HISTÓRICA DO BRASIL

O início do século XXI no Brasil foi marcado pelo apogeu de um modelo econômico e político relativamente estável baseado na conciliação de classes, onde o projeto burguês hegemônico conviveu com certos avanços sociais relativos (no contexto do atraso histórico brasileiro), mas que não rompeu com nenhum dos pilares do caráter periférico e dependente do capitalismo no país.

Esse modelo esgotou-se com o agravamento da crise capitalista nacional e internacional, uma crise que atinge dimensões históricas e se dissemina por todas as esferas da sociedade. O sistema político formado a partir da Constituição de 1988 também é parte fundamental dessa crise e não oferece canais de superação adequados, gerando mais e mais instabilidade e incertezas.

O Brasil atravessou três anos de recessão combinada com drásticas medidas de austeridade e ataques sobre os direitos e condições de vidas dos trabalhadores e do povo. O término da recessão e a débil retomada de forma alguma significa que os traumas gerados serão sanados e uma época de estabilidade e prosperidade se abre. Ao contrário: as contradições fundamentais do capitalismo brasileiro se mantêm ou se agravaram e não há saída fácil para a burguesia ou para os trabalhadores.

No Brasil, depois de três anos de recessão, entre 2014 e 2016, e uma queda acumulada no PIB de 8,6%, as estimativas mais otimistas apontam um crescimento da ordem de 1% em 2017. Isso significa apenas que, depois da mais longa recessão desde 1980, o país parou de piorar. Não há nenhuma garantia de que se inicie uma dinâmica de crescimento sólido. O crescimento frágil observado veio principalmente da exportação agrícolas e não há perspectiva de crescimento do consumo interno. Os investimentos ainda estão paralisados. O incerto cenário político das eleições de 2018 complicam ainda mais a situação.

Na lenta e débil recuperação atual, quem mais se beneficia ainda são os mais ricos. O rendimento médio dos mais pobres continua a cair. O desemprego permanece em torno de 12 a 13% e os níveis enormes de subemprego e precarização extrema atinge a grande maioria dos trabalhadores.

No setor público, a situação é de estrangulamento fiscal que tem levado inúmeros estados e municípios a não pagar salários e aposentadorias de seus servidores públicos. Hospitais e escolas vivem uma situação de total sucateamento mesmo em estados centrais como no caso do Rio de Janeiro. Sem recursos do governo federal, 8.239 obras estão paralisadas em quase 4 mil municípios do país.

O cenário de baixo crescimento, associado a juros reais altos e queda nas receitas, fez com que o déficit público permanecesse em alta crescente mesmo com a ascensão de Michel Temer ao poder através de uma manobra golpista justificada em nome da responsabilidade fiscal. Do final de 2014 a julho de 2017, a dívida pública bruta saltou de 56,3% para 73,8% do PIB e pode chegar 80% em 2018. Pelo menos $\frac{1}{3}$ dessa dívida pública é vinculada à taxa de juros básica do Banco Central e tem prazos mais curtos.

As contrarreformas levadas a cabo por Temer e planejadas pela grande burguesia constituem-se como parte fundamental de um projeto hegemônico que não admite recuos e reflete uma necessidade histórica do grande capital deixando pouca margem para iniciativas conciliatórias como as adotadas pelos governos do PT.

O resultado social dessas políticas não poderia ser mais desesperador no que se refere aos índices de violência urbana, desagregação social, enfermidades e endemias, um verdadeiro retrocesso civilizatório no país. A resposta a isso só pode passar pela derrota do projeto hegemônico da burguesia e isso só se fará através da luta de classes.

BALANÇO DE 2017 DO PONTO DE VISTA DAS LUTAS

O saldo de 2017 é de derrotas para a classe trabalhadora. Mas, somente dizer isso não basta e não exprime a totalidade da situação nacional e da correlação de forças. Temer conseguiu manter-se na presidência apesar de todos os escândalos de corrupção e de ser provavelmente o governo mais impopular do mundo hoje. O governo contou com uma base parlamentar relativamente estável que, além de rejeitar dois pedidos de impeachment, ainda aprovou grandes ataques como a emenda constitucional de congelamento dos gastos públicos por 20 anos (antiga PEC 55) e a contrarreforma trabalhista.

O Presidente Temer, porém, não conseguiu aprovar a contrarreforma da previdência em 2017 e está quase descartado que poderá fazê-lo no ano eleitoral de 2018. A burguesia tentará retomar a questão em 2019, mas para isso, o tema espinhoso terá que ser colocado pelos candidatos burgueses na campanha eleitoral e isso era algo que todos, da direita à Lula, queriam evitar. Essa derrota do governo e da burguesia não pode ser encarada como um elemento secundário na conjuntura e não pode ser menosprezada em nossas análises. Sem a contrarreforma da previdência, a emenda de congelamento orçamentário não se sustenta e terá que ser revista num futuro próximo. Isso abre melhores condições para que o movimento dos trabalhadores reverta e derrote essa política no futuro.

A derrota do projeto de contrarreforma da previdência é resultado direto das fragilidades do governo e da burguesia e da existência de uma consciência média que rejeita o projeto, unindo

trabalhadores e mesmo setores de classe média que adotaram posições políticas mais conservadoras no último período. Nenhum desses fatores, porém, teria efeitos práticos sem a ação consciente e organizada de amplas camadas de trabalhadores durante o primeiro semestre de 2017. Foi a ação de classe, em um contexto específico, que derrotou a contrarreforma da previdência.

A greve geral de 28 de abril refletiu a mais importante ação sindical organizada dos últimos anos e mostrou que ainda existem elementos de continuidade na situação atual do ascenso grevista e sindical que vinha desde 2012, passando pelo seu auge de 2013 e 2014. Tudo isso apesar do papel da burocracia sindical e da pressão negativa de fatores como o desemprego massivo e todas as medidas de intimidação e repressão. Esse processo mostra também que, junto com o crescimento significativo da importância das ações espontâneas e explosivas dos setores populares em geral, como vistas no contexto das jornadas de junho de 2013, o papel específico da classe trabalhadora organizada sindicalmente ainda mantém um peso significativo na realidade nacional.

O 28 de abril poderia ter dado lugar a um movimento ainda mais forte, capaz não apenas de derrotar as contrarreformas da previdência e trabalhista, mas também derrubar o governo e construir uma outra correlação de forças sociais e políticas no país. Isso não se deu devido ao papel jogado pelas direções sindicais majoritárias, tanto as abertamente pelegas e de direita, como a Força Sindical e UGT, quanto a própria CUT.

Dizer isso não significa ignorar as contradições e dificuldades na mobilização da base social das centrais e do conjunto dos trabalhadores e do povo. A falta de confiança na vitória coletiva, o ceticismo quanto ao papel dos sindicatos, o receio de que o movimento fosse manipulado por partidos como o PT com seus interesses eleitorais, o medo das demissões e represálias, o efeito da propaganda governamental e da burguesia, a ideologia individualista fomentada por décadas pelo neoliberalismo e inclusive pelos próprios governos do PT, a falta de experiência sindical e de luta coletiva nas gerações mais novas e o cansaço das mais velhas, tudo isso pesou e pesa como fatores que obstaculizam a luta.

Apesar de tudo isso, a ampla participação direta ou indireta na greve, envolvendo cerca de 40 milhões de trabalhadores, e o grande apoio popular à ação de 28 de abril poderiam ter servido de base para diminuir o peso desses fatores negativos e criar condições para ações ainda mais contundentes, como uma nova greve geral de 48 horas e uma escalada de ações radicalizadas e massivas. Isso teria representado uma virada completa na situação desfavorável criada com o golpe institucional de 2016. Nesse sentido, uma enorme oportunidade foi perdida e isso tem consequências.

A manifestação em Brasília de 24 de maio, mesmo tendo sido pensada pela burocracia sindical como uma forma de ir esvaziando o movimento, demonstrou que havia energia para ações mais fortes e contundentes. A inaceitável demora na definição dos próximos passos e depois o

desmonte consciente da nova greve geral convocada para 30 de junho, foram fatores decisivos para a derrota do movimento com a aprovação da contrarreforma trabalhista no Congresso e a desmobilização que presenciamos no segundo semestre de 2017.

Para que o movimento avançasse a partir de 28 de abril, teria sido necessária uma maior organização de base e mais participação ativa dos trabalhadores nas decisões através de comitês de luta nos locais de trabalho e moradia, assembleias massivas, formação de comandos de greve eleitos pela base, etc. Isso teria sido perfeitamente possível se houvesse um chamado das centrais. Mas, mesmo sem esse chamado, elementos disso poderiam desenvolver-se. Dentro da esquerda combativa existem avaliações irrealistas, que exageram na avaliação do que teria sido possível por fora das centrais sindicais e chegam a apontar o potencial de fenômenos de tipo “soviético” ou algo do gênero nesse processo. Ainda assim, o avanço do movimento implicaria necessariamente em mais organização de base e menos controle da burocracia sindical. As centrais sindicais majoritárias não queriam estimular isso e temiam o crescimento de ações mais espontâneas e de base e o surgimento de demandas democráticas nos seus sindicatos.

No caso da CUT e, em menor medida, da CTB, pesou outro fator relevante: o projeto eleitoral de Lula e do PT. A Lula interessava o desgaste de Temer, o desgaste dos adversários de direita que apoiam as contrarreformas (em particular o PSDB) e o crescimento de um amplo sentimento de oposição e vontade de mudança. Mas, tudo isso tinha um limite. Não interessa ao PT e seu projeto de retorno ao governo através das eleições de 2018 a realidade de um país convulsionado por lutas de massas e conflitos sociais. Não interessa ao PT uma classe trabalhadora mobilizada e confiante em sua força independente.

Além disso, uma vez que os próprios Lula, Dilma e o PT já assumiram que alguma reforma (leia-se contrarreforma) teria que ser feita na previdência, para eles era melhor que Temer fizesse o trabalho sujo e ao PT caberia apenas administrar a nova realidade sem desgastar-se como aconteceu com a contrarreforma previdenciária de Lula de 2003. Acrescente-se a isso o fato de que a própria queda de Temer antes do previsto poderia gerar tanta turbulência política e incertezas que era preferível que o governo golpista e ilegítimo ficasse até o fim do mandato.

A partir de todos esses elementos, constata-se que o PT e seus braços sindicais e populares continuam sendo grandes organizadores de derrotas para a classe trabalhadora. Sua inépcia e medo das lutas populares acaba por provocar seus próprios revezes e derrotas políticas como aconteceu no impeachment golpista e pode voltar a acontecer no futuro.

Mas, essa constatação não nos impede de colocar a construção da frente única dos trabalhadores, da unidade de ação das organizações dos trabalhadores contra um inimigo comum, como uma tarefa decisiva do atual momento político do país.

CONSCIÊNCIA, CORRELAÇÃO DE FORÇAS E PERSPECTIVAS

Não concordamos com a caracterização fechada de que o Brasil (e o mundo, segundo algumas avaliações) vive uma onda conservadora duradoura e que define o caráter do período histórico atual. Buscamos evitar uma caracterização estática e mecânica da correlação de forças e do nível de consciência e ação da classe trabalhadora. A caracterização da conjuntura atual, com toda sua volatilidade e dinâmica, não cabe em uma fórmula ou uma expressão chamativa do tipo “onda conservadora”.

Analisando a situação concreta, buscamos construir uma avaliação mais equilibrada ao identificar também elementos (reais ou potenciais) positivos na realidade atual. O ano de 2017, com todos os seus ziguezagues e contradições, deixou evidente que essa é a única forma para chegarmos a uma caracterização mais precisa da realidade. A identificação da existência de uma polarização social, política e ideológica reflete mais a realidade do que a simples identificação dos elementos de retrocesso e derrota. Isso vale mesmo quando identificamos que as derrotas e retrocessos tem prevalecido no último período.

Partimos do marco evidente de que a derrubada de Dilma por um Congresso corrupto e conservador e um judiciário cada vez mais vinculado a um projeto político de direita, representou uma derrota e um retrocesso do ponto de vista dos trabalhadores e criou uma correlação de forças mais desfavorável. Mas, esse processo é dinâmico e está em permanente mudança dependendo de fatores objetivos e subjetivos. Vivemos no marco de uma crise econômica e política de fundo que elimina qualquer possibilidade de estabilidade duradoura e o papel dos agentes políticos e sociais podem ser decisivos nos rumos dos acontecimentos.

A força latente da classe e seu potencial de luta ficou evidente no ano de 2017. As divisões e crises envolvendo a representação política da burguesia no governo e no parlamento não caíram do céu. Elas são resultado da gravidade da crise do sistema político e econômico dos de cima e da força efetiva e potencial dos de baixo. A burguesia sinceramente teme isso e trabalha para conter ou anular esse potencial explosivo existente na conjuntura. Completamos, em 2018, 50 anos do maio francês e não se trata de mera bravata quando FHC declara que sente um ar de 1968 na situação atual.

O ano de 2018 já começou com importantes demonstrações de força e luta da classe trabalhadora. A vitória contra o projeto de reforma da previdência de João Dória na cidade de São Paulo, a partir da mobilização massiva dos servidores públicos da cidade, provavelmente a maior de sua história, é um marco que sinaliza o caminho da vitória quanto a este tema para todo os servidores do país. Há greves da educação em diversas partes do país, assim como de metalúrgicos como na Mercedes Bens, paralisação de rodoviários em Salvador, indicativo de greve nas

universidades estaduais paulistas, entre outras. A luta contra a implementação da reforma trabalhista toma destaque em meio a essas lutas, demonstrando que apesar dos ataques há muito enfrentamento e vitórias concretas em muitos casos, impedindo a implementação destes ataques. Neste cenário a greve dos caminhoneiros ganha importância especial: apesar de representar interesses genuínos dos trabalhadores também carrega interesses patronais, como a redução dos impostos, colocando uma complexidade ímpar no processo que obriga a esquerda a ter que disputar a pauta e narrativa desta greve com a direita. Esta greve ganhou importante apoio social, pois dialoga com o aumento do custo de vida que atinge os brasileiros, ligado ao processo de privatização da Petrobras, e por fora do controle das centrais sindicais e da burocracia sindical tem colocado o governo federal contra a parede. Com a ameaça de uso das forças armadas para reprimir a greve coloca-se concretamente a possibilidade de desenvolvimento de uma situação drástica que pode levar a construção de uma greve geral no país, em solidariedade aos caminhoneiros, contra o ajuste fiscal, a reforma trabalhista e o aumento do custo de vida.

Como resposta a esse potencial explosivo para lutas, presente na consciência dos trabalhadores, vemos o aumento da repressão e um retrocesso nos direitos democráticos. Não podemos nos esquecer da lei antiterrorismo, sancionada pela presidente Dilma, utilizada hoje pra perseguir e prender ativistas, e da brutal repressão aos lutadores durante a copa do mundo. Vemos com perplexidade casos como os de Rafael Braga e dos 18 jovens presos por um militar infiltrado, mas o brutal assassinato de Marielle Franco foi o episódio mais drástico da conjuntura. A mobilização de centenas de milhares de pessoas após a morte de Marielle foi uma demonstração de força importante, e não esquecer de sua vida, exigir que os culpados sejam descobertos e condenados é uma das tarefas mais importantes para aqueles com algum compromisso com a democracia e os direitos dos trabalhadores para o próximo período.

A prisão de Lula se insere como mais um ataque aos direitos democráticos: ele foi preso para ser retirado do processo eleitoral. Não podemos confundir a defesa da liberdade de Lula com a defesa do seu governo ou mesmo de outros governos do PT. Lula foi preso pois seu partido hoje não consegue implantar o ajuste fiscal com o nível de ferocidade que quer a burguesia, para este trabalho servem mais os partidos tradicionais da direita. Não podemos ter nenhuma ilusão em Lula ou no PT: a política de conciliação de classes só levará a mais ajuste fiscal e retirada de direitos. Ainda assim não podemos nos omitir frente a seletividade e parcialidade da justiça brasileira, que permite que notórios corruptos do PSDB, PMDB e outros partidos, continuem soltos, com suas denúncias e investigações paralisadas.

Estes fenômenos deixam claro a dinamicidade da consciência e da luta de classes no país. Apesar dos fortes ataques e da deterioração das condições de vida da população há elementos de explosividade na consciência que não podem ser ignorados sob o risco de perdermos oportunidades

importantes para criarmos inflexões a nosso favor na conjuntura. As tarefas colocadas para o movimento de trabalhadores são de construir a unidade, entre as diversas categorias, para através da luta conjunta, fazer avançar a consciência no sentido de romper as lutas de resistência, hoje colocadas, para lutas que apontem a conquista de direitos, que coloquem na ordem do dia a construção de um projeto político de sociedade que atenda os interesses dos trabalhadores.

CONJUNTURA ESTADUAL

O Governo Robinson só pode ser descrito como uma tragédia para os servidores públicos e para o povo Potiguar. Quase 04 anos de atraso salarial inclusive do décimo terceiro. Anos e anos de congelamento salarial. Usou o Fundo Previdenciário comprometendo as futuras aposentadorias que não terão como receber seus salários.

Fechou ou municipalizou 07 hospitais Regionais. Fechou a UTI Cardiológica do Walfredo Gurgel assim como a UTI Infantil do Hospital Maria Alice Fernandes.

Escândalos de corrupção envolvendo ele, o filho Deputado Federal, Deputados Estaduais e membros da Justiça Estadual.

Enquanto a Assembleia Legislativa, a Justiça e o Ministério Público recebem altos salários e em dia, nós amargamos até 30 dias de atraso salarial.

Os aposentados são os mais atingidos: recebem depois dos da ativa. Discriminação geral, nenhum plano de lutas para eles por parte dos sindicatos.

Enquanto isso o Governo manteve os postos de fiscalização de fronteiras fechados, estimulando o contrabando, a sonegação de Impostos. etc. Também não cobrou a dívida ativa de 07 bilhões de reais que os maiores empresários devem ao Fisco Estadual.

Gastou milhões de reais em propaganda com o pagamento da Arena das Dunas, Só nós, os servidores públicos e o povo pobre pagam o Pato.

Por último, quis acabar com o quinquênio(ADTS), com a Paridade e Igualdade salarial entre ativos e aposentados, além de aumentar o desconto do IPE para 14%.

Felizmente, após um mês de batalha acampados em frente a Assembleia Legislativa, derrubando grades e pressionando os Deputados Estaduais conseguimos a retirada da pauta de votação do pacote de maldades.

Servidores Estaduais do Interior e da Capital se somaram para derrotar o governo e seus Deputados na Assembleia Legislativa.

Evitamos o pior, mas eles vão retomar o pacote de maldades em 2019 tão logo termine as eleições. Por isso devemos estar organizados e atentos, pois eles não desistiram de jogar as crises financeiras em nossas costas.

Os sindicatos e o Fórum dos servidores estaduais precisam repensar suas propostas de lutas e se organizar melhor, pois nestes 04 anos do Governo Robinson foram muitas as falhas e lutas desorganizadas, inclusive do Sindsaúde/RN.

ESTATUTO

No momento em que a maioria da Direção Estadual do Sindsaúde/RN convoca um Congresso para mudar o Estatuto, perguntamos: Se não cumpre o Estatuto, por que mudar o mesmo?

1) O Estatuto atual reza que deve haver Congressos ordinários de 2/2 anos.

Isso foi cumprido até 2011 quando houve o Congresso em Caicó/RN.

a) Em 2013 deveria ter havido um Congresso. Não aconteceu.

b) Houve um em 2015.

c) Deveria ter havido outro em 2017. Não houve.

d) Agora foi convocado este, atrasado e com temas reduzidos: Só conjuntura e Estatuto.

e) Não tem avaliação da Gestão Sindical, Patrimonial, nem das Lutas.

f) Não tem Plano de Lutas para a categoria, nem condições de trabalho;

g) Não tem nada sobre a situação da Saúde Pública e municípios;

2) Também o Estatuto não é cumprido no quesito de prazo para as eleições sindicais que é de 03/03 anos.

As eleições das Coordenações Regionais do Sindsaúde/RN foram ADIADAS em:

1) Santa Cruz/RN (09 meses) era para ter sido em Outubro/2014, mudaram ao bel prazer para Julho de 2015. Agora, o prazo encerrou-se para convocar as novas eleições em 2018, mais uma vez adiada para Março de 2019.

2) Em Mossoró/RN e região deu-se o mesmo: As eleições deveriam ter acontecido em Fevereiro de 2017, mas foram realizadas em Julho de 2017.

3) Em Pau-dos-Ferros/RN repetiu-se a dose: Também era para ser realizada em Fevereiro de 2017 e só foram realizadas em Junho de 2017;

Artigos do Estatuto que foram descumpridos:

1) Capítulo I- Artigo 18- Congresso de 2/2 anos.

2) Eleições e mandatos de 3 em 3 anos:

Artigo- Capítulo V- Artigo 51

No Congresso, de Caicó/RN em Maio de 2011, a maioria da atual diretoria propôs em sua Tese Congressos anuais.

No entanto, ao chegarem ao poder esqueceram suas propostas.

Em vez de Congressos anuais, descumpriram o Estatuto e fazem de 03 em 03 anos.

PROPOSTAS:

1) Cumprimento do Estatuto atual e futuro por todas as instâncias do Sindsaúde-RN;

2) Acrescentar um parágrafo após o artigo 63: A assembléia geral anual convocada para o fim de Prestação de Contas e Balanço Patrimonial deverá acontecer até o final do mês de abril do ano seguinte.

3) Artigo 43

Acrescentar um parágrafo: A prestação de Contas trimestral de que trata o parágrafo IV deverá obrigatoriamente ser impressa e entregue nos locais de trabalho aos sócios, sem prejuízo de divulgação em outros meios de comunicação.

Por falta de espaço colocamos só o mínimo de nomes:

1) Coordenação Regional do Seridó

2) Ângela Maria Andrade

3) Ângela Monteiro

4) Albaneide Lima de Melo

5) Arlene Ferreira

6) Aldiclécio Maia

7) Egberto Satiro

8) Elizabeth Maria de Carvalho

8) Francisca Suetânia Cardoso

9) Geraldo Vasconcelos

10) Gilmar Maia Nogueira

11) Josineide dos Santos

12) José Wilson

13) Marcelo de Melo

14) Nelson Albuquerque

15) Pablo Renoir

16) Sônia Godeiro

17) Tenize Maia